

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS
ECONÔMICAS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

NATANAEL SILVA CAMARGO

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA: RELAÇÃO ENTRE AS EMPRESAS
COM LUCROS E PREJUÍZOS

GOIÂNIA

2018

Prof. Dr. Edward Madureira Brasil
Reitor da Universidade Federal de Goiás

Prof.^a Dr.^a Flávia Aparecida de Oliveira
Pró-reitora de Graduação da Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Moisés Ferreira da Cunha
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Kleber Domingos de Araújo
Coordenador do curso de Ciências Contábeis

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Camargo, Natanael Silva

Principais Assuntos de Auditoria: Relação entre as Empresas com Lucros e Prejuízos [manuscrito] / Natanael Silva Camargo. - 2018. 0 31 f.

Orientador: Profa. Dra. Fernanda Fernandes Rodrigues.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE), Ciências Contábeis, Goiânia, 2018.

Bibliografia.

Inclui abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

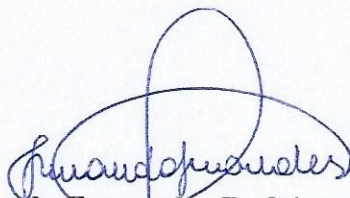
1. Auditoria independente. 2. Novo Relatório. 3. Principais Assuntos de auditoria. I. Rodrigues, Fernanda Fernandes, orient. II. Título.

CDU 657

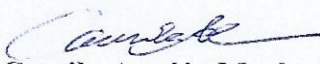
NATANAEL SILVA CAMARGO

**PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA: RELAÇÃO ENTRE AS EMPRESAS
COM LUCROS E PREJUÍZOS**

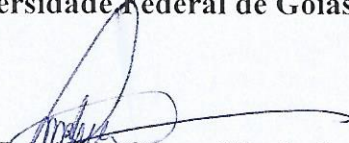
Trabalho de Conclusão de Curso submetido e defendido publicamente na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE) da Universidade Federal de Goiás (UFG) como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte Comissão Examinadora:



Prof. Dra. Fernanda Fernandes Rodrigues - Orientadora
Universidade Federal de Goiás (UFG)



Prof. Dra. Camila Araújo Machado - Avaliadora
Universidade Federal de Goiás (UFG)



Prof. Dr. Lucio de Souza Machado - Avaliador
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Goiânia (GO), 03 de julho de 2018.

NATANAEL SILVA CAMARGO

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA: RELAÇÃO ENTRE AS EMPRESAS COM LUCROS E PREJUÍZOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof.^a **Dr.^a Fernanda Fernandes Rodrigues**

GOIÂNIA
2018

RESUMO

O objetivo deste estudo foi de analisar os principais assuntos levantados pelas entidades que compuseram o índice IBRX 100 nos exercícios de 2016 e 2017 e verificar se esses assuntos se relacionam com o resultado apurado por estas empresas. Os dados foram analisados a partir da análise de conteúdo e estatística descritiva por meio de testes de diferenças entre médias, desvio-padrão e coeficiente de variação. Como resultado constatou-se que de um total de 26 categorias de PAA, todas essas 26 categorias ocorreram nos relatórios relativos aos resultados com lucros, porém somente 18 tiveram incidência nos relatórios relacionados a prejuízo. A média de PAA nos relatórios relacionados aos prejuízos foi de 3,58, com desvio padrão de 0,95 e coeficiente de variação de 0,27. Para os relatórios relacionados aos lucros foi de 3,27 para a média, 1,27 de desvio-padrão e 0,39 de coeficiente de variação. Complementarmente, foi averiguado a média da quantidade de palavras contidas em cada relatório do auditor, e chegou-se ao resultado de 1.262 para os relatórios relacionados aos exercícios com prejuízo, e de 1.105 para os relacionados aos exercícios com lucros. Concluiu-se que os tipos de resultado apurado não se relacionam especificamente a alguma categoria de principais assuntos publicados. Entretanto, verificou-se que em média os relatórios do auditor nos exercícios que apresentaram prejuízo são maiores em quantidade de assuntos divulgados e no quantitativo de palavras expostas neles, quando comparados aos relatórios dos exercícios que obtiveram lucros.

Palavras-chave: Auditoria independente; Novo Relatório; Principais Assuntos de auditoria.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Classificação por tipo de PAA em todos os exercícios.	22
Tabela 2: Classificação por tipo de PAA nos exercícios com prejuízo.....	23
Tabela 3: Classificação por tipo de PAA nos exercícios com lucros.	25

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Comparação de PAA no Reino Unido dos exercícios de 2013 e 2014.	15
Figura 2: Distribuição de frequência de PAA de todos os relatórios.	21
Figura 3: Distribuição de frequência de PAA nos exercícios com prejuízo.	23
Figura 4: Distribuição de frequência de PAA nos exercícios com lucros.....	25
Figura 5: Quantidade média de palavras na seção dos PAA por firmas auditoras.....	27

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Normas publicadas pela IFAC e suas traduções conforme CFC e IBRACON**15**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
- CFC - Conselho Federal de Contabilidade
- CVM - Comissão de Valores Mobiliários
- FRC - *Financial Reporting Council*
- IAASB - *International Auditing and Assurance Standards Board*
- IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
- IFAC - *International Federation of Accountants*
- IFRS - *International Financial Reporting Standards*
- ISA - *International Standards on Auditing*
- NBC TA - Norma Brasileira de Contabilidade Técnica aplicada à Auditoria
- NRA - Novo Relatório do Auditor Independente
- PAA - Principais assuntos de auditoria

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 A Relevância da Auditoria no Mercado Financeiro	13
2.2 Os Principais Assuntos de Auditoria no Novo Relatório do Auditor	14
2.3 Estudos relacionados	17
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	20
4 ANÁLISE DE RESULTADOS	21
4.1 Principais assuntos divulgados	21
4.2 PAA's nos exercícios com prejuízo	22
4.3 PAA's nos exercícios com lucros	24
4.4 Quantidade de palavras contidas na seção principais assuntos por relatório.....	27
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	29

1 INTRODUÇÃO

A transparência na informação tem se tornado condição de fundamental importância no funcionamento dos mercados internacionais, exigindo um conjunto de medidas, normas e regras que tenham como finalidade garantir que a informação contábil chegue ao usuário de maneira adequada (SANTOS; GRATERON, 2003). Isso ocorre, pois, mesmo com os efeitos da crise internacional e da instabilidade no crescimento do país, o Brasil tem recebido um grande fluxo de investimentos estrangeiros no decorrer dos últimos anos. Por esse motivo, esses investidores necessitam de sólidas garantias institucionais e econômicas na execução das operações financeiras (SILVA FILHO, 2014).

Nesse movimento, atingindo todas as empresas de capital aberto, o Novo Relatório do Auditor (NRA) foi desenvolvido para se valer da importância do juízo profissional para se chegar a uma visão sobre a verdade e equidade das demonstrações contábeis (FRC, 2016).

Boolak e Omoteso (2016 apud Marques e Souza, 2017) observam que a utilização de normas internacionais de auditoria externa que melhorem a qualidade das informações contábeis é de suma importância ao mercado de capitais. Caso o uso dessas informações seja não efetivo, na medida em que os investidores não conseguem fazer a correta avaliação em seus investimentos, pode-se gerar perdas e conseqüentemente crises financeiras. O próprio NRA inicialmente provém, em parte, da necessidade do pós-crise de 2008 (Crise do Subprime) de aumentar a confiança das demonstrações (FRC, 2016).

Nesse contexto, consolidou-se necessário que os auditores migrassem a um relatório aprimorado, que fornecesse informações claras, objetivas e mais efetivas sobre suas abordagens e julgamentos, pois julga-se que as que são fornecidas nem sempre apresentam as características qualitativas da informação, especialmente quanto à sua fidedignidade e relevância (Dechow, Ge, e Schrand, 2010).

Provenientes desse movimento, na busca do aprimoramento do conteúdo das informações emitidas pelos auditores aos usuários, em 2015, o *International Federation of Accountants* (IFAC) revisou as *International Standards on Auditing* (ISA) com o objetivo de otimizar a compreensibilidade do relatório do auditor. Ante a isso, tais mudanças influenciaram o cenário contábil nacional, que, em consonância com a harmonização das normas de auditoria internacional, tem novas diretrizes originárias das alterações normativas para os períodos que se encerram em 31 de dezembro de 2016 e posteriores.

Tais diretrizes são oriundas das traduções das normas emitidas pela IFAC, compondo o denominado Novo Relatório do Auditor (NRA). Seis normas fazem parte de sua composição

inicial, cada uma delas com o prefixo de Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Aplicada à Auditoria (NBC TA) (CFC, 2016). Destas mudanças no relatório do auditor, apenas uma não trata-se de uma nova redação para a norma já publicada: a denominada NBC TA 701 - Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente. Para o IFAC (2016), o Novo Relatório do Auditor representa uma das maiores alterações nos relatórios da auditoria em décadas. A sua significância, em grande parte, está em propiciar mais liberdade na elaboração do relatório aos auditores, pois a inserção do item Principais Assuntos de Auditoria (PAA) proporciona ao profissional auditor espaço dedicado à escrita dos assuntos julgados como os mais relevantes durante os trabalhos de auditoria.

Todas as alterações do NRA, especialmente esta última norma, tem causado inquietude às partes envolvidas, especialmente aos auditores, as entidades e aos investidores. No caso dos auditores e entidades, houve o aumento de sua responsabilidade e transparência. Já os demais usuários da informação, principalmente aos investidores, buscam saber se as publicações têm significância e qualidade ao atenderem os preceitos das normas. Diante desse contexto, este estudo visa responder à seguinte questão-problema: **Os Principais Assuntos de Auditoria se relacionam com o resultado apurado pelas entidades listadas na Bolsa de Valores BM&FBovespa?**

Para tanto, como objetivo geral procurou-se: verificar se há relação dos PAA das empresas que compõem o IBRX 100 e seus resultados. Para isso, como objetivos específicos foram necessárias as seguintes etapas: (1) Identificar e segregar os relatórios e exercícios que apresentaram prejuízo dos que obtiveram lucros; (2) Verificar quais os temas de PAA foram apresentados pelo auditor; (3) Averiguar se os assuntos e sua ocorrência são diferentes em relação aos resultados apurados.

Levando em consideração que as mudanças propostas pelas novas normas são recentes e que pouco se conhece sobre os conteúdos dos PAA's que foram divulgados no Brasil, este estudo contribui para avaliar essa normatização, observando a qualidade da informação apresentada. Nas pesquisas realizadas pelo FRC (2016); IBRACON (2017) e Marques e Souza (2017) foram evidenciados que, em grande parte, os PAA's relativos a estimativas impactam diretamente os resultados dos exercícios. Conforme Santos (2008) o conteúdo do resultado contábil é composto, de maneira significativa, pelo conjunto das informações de seus componentes e essa comunicação vai além da mera obediência as normas vigentes, manifestando-se como respostas as necessidades dos indivíduos que com ela interagem. Portanto, torna-se justificável analisar a relação do resultado do exercício aos PAA's levantados pelo auditor, já que a própria NBC TA 701 tem como alcance tornar o relatório do auditor mais informacional, auxiliando o

usuário a compreender assuntos, que conforme o julgamento do auditor foram de maior importância nas demonstrações contábeis.

Christensen, Glover e Wolfe (2014) apontam que os investidores que tem acesso a um parágrafo de PAA estão mais propensos a mudar sua decisão de investimento que um investidor que recebe um relatório padrão ou tem essas informações expostas no relatório da administração.

Este estudo é composto por cinco capítulos. O primeiro capítulo trata-se da introdução; o segundo é formado pelo referencial teórico, subdividido em três partes: A relevância da Auditoria no mercado de capitais; Os Principais Assuntos de Auditoria no Novo Relatório do Auditor; e os estudos relacionados com o tema proposto por essa pesquisa. No terceiro capítulo é exposto a metodologia da pesquisa, a amostra e a coleta de dados. Já a análise dos resultados é realizada na quarta parte. A quinta e última parte trata-se das considerações finais.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 A Relevância da Auditoria no Mercado Financeiro

Para o *Report of the Committee on Basic Auditing Concepts of the American Accounting Association* (apud BOYTON; JOHNSON; KELL, 2002) a auditoria é definida como o processo sistemático para obter e avaliar objetivamente as evidências sobre as afirmações dos procedimentos feitos e eventos econômicos, para a avaliação do grau de correspondência entre as afirmações e os critérios estabelecidos, e também para comunicar os resultados aos usuários interessados.

A auditoria não cumpre somente um papel legal, para Dutra, Alberton e Van Bellen (2007) um dos motivos para a existência da auditoria independente é fornecer credibilidade e confiança na consistência e comparabilidade das informações entre as diversas entidades componentes do mercado. Para Santana et al. (2014) a auditoria atua de forma significativa sobre os aspectos econômico e social na sua função de averiguar e emitir opinião sobre as demonstrações contábeis publicadas pelas entidades. Além disso, sua atuação é considerada importante sobre a diminuição de possíveis conflitos de interesses entre diferentes classes de usuários, possibilitando a diminuição da complexidade, dos riscos de distorções e também dos erros nas demonstrações contábeis.

Além de ser benéfica aos investidores a auditoria também beneficia as entidades, segundo Dantas e Medeiros (2015) uma auditoria de qualidade é ferramenta fundamental para o bom desempenho dos mercados financeiros e de capitais, pois ela contribui para causar uma atmosfera de confiança e de credibilidade para as entidades.

Conforme Andrezo (2002), o mercado financeiro e de capitais constitui-se no conjunto de agentes e instrumentos que fornecem alternativas à aplicação e a captação de recursos financeiros. A respeito da associação da auditoria ao mercado de capitais Santos e Grateron (2003, p.1) disseram “A atividade profissional do auditor independente tem ajudado a impulsionar o desenvolvimento dos mercados, além de contribuir para o estabelecimento da ordem socioeconômica mundial”.

Nesse sentido, Damascena (2011) discorre sobre a importância do desenvolvimento das atividades realizadas pelos auditores, pois elas baseiam a emissão de uma opinião profissional, transmitindo a visão ao usuário da demonstração contábil, de que a auditoria independente expresse com confiabilidade a situação econômica e financeira da entidade auditada.

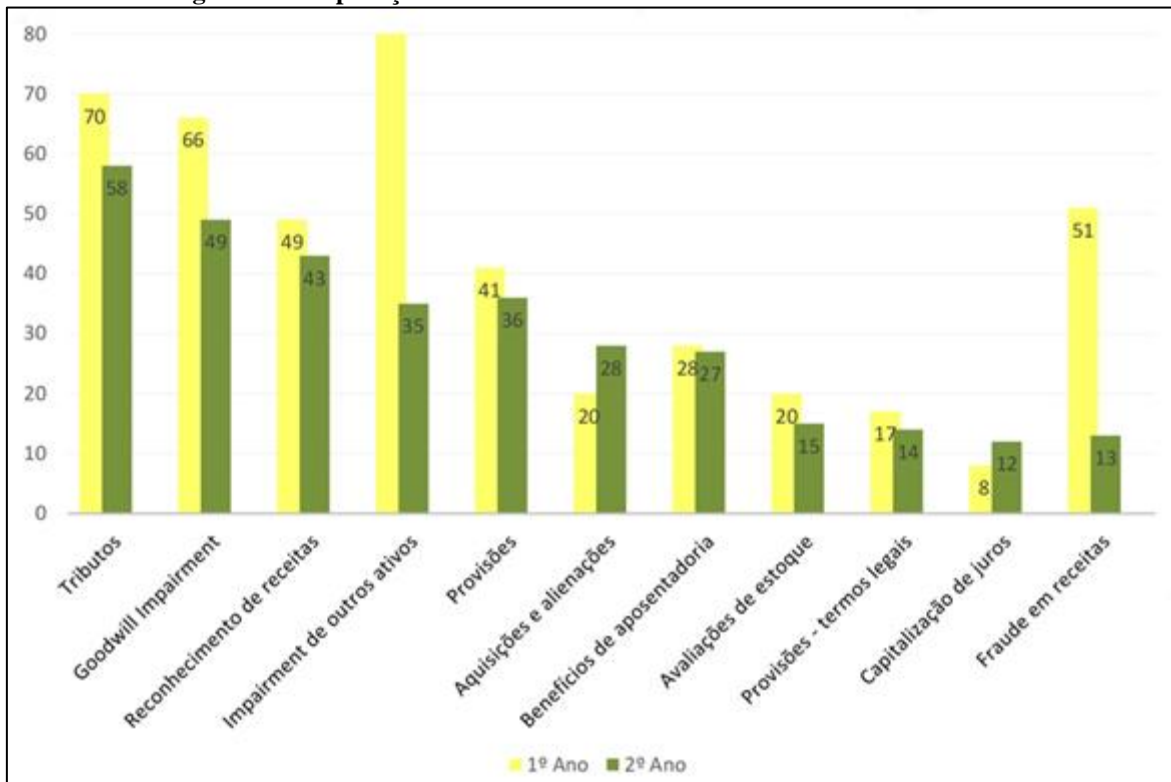
Dantas et. al. (2011) afirmam que a auditoria é um instrumento importante para prover aos usuários a confiança necessária às informações contábeis, principalmente aos interessados nos mercados de capitais. Essa importância será mais concreta quanto maior for a qualidade dos trabalhos feitos pelos auditores, garantindo que as informações contábeis que forem divulgadas sejam adequadas, precisas e completas.

2.2 Os Principais Assuntos de Auditoria no Novo Relatório do Auditor

Segundo o *Financial Reporting Council* (FRC) (2016), a crise financeira de 2008 colaborou para a necessidade de aumentar a confiabilidade nos relatórios financeiros e na auditoria. Para conseguir alcançar esse objetivo havia necessidade de que os auditores seguissem padrões de aprimoramento que resultassem na apresentação de mais informações sobre os seus julgamentos e as abordagens que utilizaram para chegar às suas conclusões, aumentando o exercício do julgamento profissional para opinar sobre as demonstrações contábeis. Caminhando nesse sentido, em 2012, o FRC alterou as Normas de Auditoria e o Código de Governança Corporativa do Reino Unido, para que se melhorasse o relatório anual das empresas, e para que os Comitês de auditoria fizessem um relatório formal sobre as suas atividades nos relatórios anuais. Tais mudanças foram propositais para incentivar os auditores a inovarem na abordagem de seus relatórios a fim de disponibilizarem aos investidores e demais interessados sua compreensão sobre a entidade baseando-se nos seus trabalhos realizados.

De forma precursora, o FRC (2016), em sua publicação intitulada *Extended auditor's reports - A further review of experience*, observou o conteúdo do PAA de cerca de 80% das maiores empresas listadas no Reino Unido. Para isso, analisaram os assuntos dos PAA dos relatórios do auditor, sendo 153 relatórios no exercício de 2013 e 278 em 2014. Os resultados são expostos no gráfico a seguir:

Figura 1: Comparação de PAA no Reino Unido dos exercícios de 2013 e 2014.



Fonte: IBRACON Apud CODIM

Segundo o IFAC (2016) em setembro de 2014, o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) aprovou as alterações no relatório do auditor, fruto de discussões anteriores e, lançaram, no início de 2015, seu conjunto de novas normas para o relatório de auditoria, as chamadas *Internacional Standards on Auditing* (ISA). Tais normas foram resultado de pesquisa acadêmica internacional realizada conjuntamente sobre as percepções dos usuários a respeito do padrão de relatório do auditor.

No Brasil, o Novo Relatório do Auditor é composto inicialmente por seis normas provenientes das traduções das ISA, feitas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Instituto de Auditores Independentes (IBRACON).

Quadro 1: Normas publicadas pela IFAC e suas traduções conforme CFC e IBRACON

ISA 260	<i>Communication with Those Charged with Governance</i>	NBC TA 260 (R2)	Comunicação com os Responsáveis pela Governança
ISA 570	<i>Going Concern</i>	NBC TA 570	Continuidade Operacional
ISA 700	<i>Forming an Opinion and Reporting on Financial Statements</i>	NBC TA 700	Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis
ISA 701	<i>Communicating Key Audit Matters in the Independent Auditor's Report</i>	NBC TA 701	Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente

ISA 705	<i>Modifications to the Opinion in the Independent Auditor's Report</i>	NBC TA 705	Modificações na Opinião do Auditor Independente
ISA 706	<i>Emphasis of Matter Paragraphs and Other Matter Paragraphs in the Independent Auditor's Report</i>	NBC TA 706	Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente

Fonte: Autoria Própria

As normas que compõem o Novo Relatório do Auditor tratam de nova redação para norma já existente, exceto a NBC TA 701 – Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria (PAA) no Relatório do Auditor Independente, que tem caráter inédito. Diferentemente das demais normas, esta última é requerida com obrigatoriedade para entidades listadas não impedindo que as entidades não listadas a utilizem voluntariamente. Sua definição é dada a seguir:

Principais assuntos de auditoria são assuntos que, segundo o julgamento profissional do auditor, foram os mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente. Os principais assuntos de auditoria são selecionados entre os assuntos comunicados aos responsáveis pela governança. (NBC TA 701, 2016, p.3)

De acordo com a NBC TA 701 (2016), os principais assuntos de auditoria são determinados pelo auditor com base nas áreas com avaliação de maior risco de distorção relevante ou riscos significativos, áreas complexas e que envolvem julgamento significativo da administração, requerendo ao auditor julgamentos difíceis ou complexos, ou consequências na auditoria de fatos ou transações que ocorreram no período e que são significativos para os profissionais auditores.

Existem ainda outras orientações da norma sobre a atuação do auditor nas definições dos assuntos. Não se deve usá-lo em casos que a lei ou regulamento proíba a divulgação pública do assunto, ou ainda quando as consequências negativas da publicação superem os benefícios da comunicação para o interesse público. Também quando o assunto der origem à opinião modificada, ou houverem condições ou incertezas relevantes sobre a continuidade operacional da entidade, o auditor somente deve incluir na seção de PAA uma referência à seção "Base para Opinião" ou a seção "Continuidade Operacional", respectivamente.

O auditor pode recomendar que a entidade divulgue informações complementares que julgar necessário, pois na descrição individual do PAA ele deve se limitar a informações do contexto da auditoria, que não ultrapassem a responsabilidade do auditor, evitando repassar informações ainda não publicadas pela entidade, as denominadas informações originais.

2.3 Estudos relacionados

Christensen, Glover e Wolfe (2014) verificaram como reagem em suas análises de dados financeiros para o investimento em ações, 141 investidores não profissionais graduados em escolas de negócios dos Estados Unidos, ao receberem os PAA's publicados nos relatórios de auditoria. Concluíram que são mais propensos a mudarem de decisão os investidores que tiveram acesso ao parágrafo de PAA, se comparado aos investidores que receberam um relatório padrão do auditor, ou o mesmo PAA contido no relatório da administração. Também observaram que é menor o impacto nas decisões quando, após o PAA, há um parágrafo que explique os motivos de sua comunicação.

Sirois, Bedard e Bera (2017) examinaram se a adição dos principais assuntos levantados pela auditoria influenciaram na obtenção de informações durante a leitura dos usuários. Para a amostra 98 alunos de licenciatura de contabilidade de uma universidade canadense foram divididos em quatro grupos e cada grupo recebeu relatórios de auditoria diferentes, porém referentes as mesmas demonstrações contábeis. Concluíram que os PAA direcionam a atenção dos usuários para as informações das demonstrações contábeis relacionadas aos assuntos levantados pelo auditor, e que, foram dedicados relativamente maior atenção a estes. Também observaram que vários PAA's publicados em um só relatório reduzem a atenção do usuário a outras partes das demonstrações contábeis.

Kachelmeier, Schmidt, e Valentine (2017) pesquisaram se as divulgações dos PAA's resguardam os auditores dos riscos de distorção das demonstrações relatados aos usuários. Para isso, a amostra contou com a participação de 179 estudantes de MBA, 50 analistas financeiros e 70 advogados. Estes participantes receberam informações sobre áreas de risco de distorção na demonstração contábil de uma empresa hipotética, logo após, avaliaram a responsabilidade dos auditores ao relatar ou não os respectivos PAA's caso a distorção ocorresse. Para isso, responderam questionários a respeito da confiança nas informações do relatório após receberem ou não PAA's por parte dos auditores. Como resultado chegaram à conclusão que, na concepção dos usuários, quando os assuntos são publicados a responsabilização do auditor a respeito destes é consideravelmente reduzida.

Antes mesmo da implementação das mudanças no relatório do auditor independente no Brasil, Oliveira (2015) analisou a estrutura do novo relatório do auditor. Para isso, através de pesquisa indutiva analisou em países que já praticavam as mudanças no relatório, como Reino Unido e Holanda, e os comparou com a estrutura vigente no Brasil até então a NBC TA 700,

ainda sem a sua recente alteração. A pesquisadora concluiu que o poder comunicativo do auditor aumentou consideravelmente, se comparado ao modelo que era utilizado no Brasil.

Roxo (2016) analisou e apresentou as principais alterações no Relatório de Auditoria através das Normas Brasileiras de Contabilidade revisadas e alteradas em junho de 2016. Para isso, observaram as modificações e impactos na essência e na forma do relatório de auditoria, chegando à conclusão que houve substancial alteração na estrutura do relatório do auditor com o acréscimo dos Principais Assuntos de Auditoria e a alteração no parágrafo de Continuidade Operacional, com mudanças também na disposição do relatório. Em consequência, notou uma tendência à personalização do relatório de auditoria e uma maior aproximação entre auditor e empresa auditada para o aprofundamento da extensão e natureza da auditoria.

Costa (2017) buscou analisar as informações contidas na seção de Principais Assuntos de Auditoria. Para isso, foram apresentados e analisados os PAA's de 15 empresas participantes do setor da Construção Civil e listadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Como resultado, excetuando os relatórios que continham a seção com mesma redação de outra, a maior parte das empresas de auditoria fizeram a comunicação de acordo com a norma, porém mantendo uma postura conservadora ao considerar os assuntos, pois os riscos divulgados, em grande parte, já eram considerados pelas firmas de auditoria em outras partes do relatório.

Marques e Souza (2017) identificaram e analisaram os principais assuntos de auditoria que foram reportados nos relatórios dos auditores das empresas que compuseram o IBOVESPA. Os autores analisaram 49 empresas, que totalizaram 177 PAA's. Como resultado evidenciaram em torno de 3,49 assuntos por empresa sendo Recuperabilidade dos Ativos (16%), Contingências (15%), Reconhecimento de Receitas (13%) e Projeção de Resultados Futuros para a Realização de Ativos (10%). Quanto à comunicação de continuidade apenas duas empresas apresentaram esta informação, que já era relatada em outras partes do conjunto completo das demonstrações financeiras.

Souza, Alberton e Borba (2017) examinaram o grau de complexidade do Novo Relatório da Auditoria, para tanto, avaliaram se os relatórios apresentaram maior clareza, precisão e objetividade em comparação aos padrões anteriores, e se as características das firmas de auditoria alteraram a inteligibilidade do NRA. Foram analisados 149 relatórios pertencentes a diferentes níveis de governança. Como resultado mostraram que os padrões normativos não atendem os princípios linguísticos, mantendo-se incompreensível para diversos usuários, por exigir alto nível educacional. Complementarmente a isto, as empresas de auditoria apresentam relatórios classificados como muito difíceis de ler.

Ainda são poucos os estudos publicados que contemplam o Novo Relatório do Auditor Independente (NRA) no Brasil. Isso é compreensível, pois sua obrigatoriedade é requerida para as demonstrações a partir de 31 de dezembro de 2016. Nesse sentido, o IBRACON tem dirigido esforços para esclarecimentos relacionados ao NRA através de página na internet que centraliza essas informações, além de documentos e materiais de apoio, dentre outros. Um desses esforços trata-se de um estudo que analisou a seção dos PAA apresentados nos relatórios com o objetivo de obter um diagnóstico dos assuntos levantados como os de maior importância pelos auditores. Para tanto, analisaram o conteúdo de 546 companhias abertas, que arquivaram os relatórios dos auditores na CVM no primeiro trimestre de 2017. Foram identificados 1349 PAA's, média de 2,43 por companhia, indicando 23 tipos diferentes de principais assuntos relatados. Aqueles mais relatados foram os relativos ao valor recuperável de ativos não financeiros – *Impairment*, constante em 32% dos relatórios; e em segundo lugar o Reconhecimento da Receita em 29% dos relatórios (IBRACON, 2017).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

No que se refere à amostra, para coletar os dados foram consideradas as entidades que compuseram o índice Brasil 100 (IBrX 100) da Bovespa nas datas de 31 de dezembro de 2016 e 2017. A amostra intencional e não probabilística utilizou-se do IBrX, pois ele apresenta as entidades com os cem ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro (BMF&BOVESPA, 2017). Este índice leva em consideração a liquidez das ações, além de ponderar a carteira pelo valor de mercado, o que, por exemplo, evita inconsistências no valor das ações caso algum problema operacional faça sua liquidez subir (ROCHA, 2011).

Das 100 ações que constituíam o índice, chegou-se a 96 entidades. Foram excluídos 4 tipos/classes das seguintes empresas: Bradesco, Eletrobrás, Lojas Americanas e Petrobras, pois duplicavam as ações negociadas em preferenciais e ordinárias. Também foi excluído da amostra o relatório da empresa São Martinho de 2016, pois seu exercício encerrou-se antes da obrigatoriedade do uso do NRA.

Os dados retirados da demonstração do resultado do exercício e dos relatórios dos auditores foram coletados do dia 20 de março a 10 de abril de 2018 no sítio eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Foi totalizado 191 Demonstrações de Resultado do Exercício, e constatou-se a incidência de 33 demonstrações cujo resultado apresentava prejuízo e 158 com lucros.

Relativo a amostra selecionada os dados foram catalogados através da análise de conteúdo dos assuntos apontados como PAA. Para isso, categorizou-se os PAA em 26 categorias distintas conforme a similaridade dos temas levantados pelos auditores. Tais categorias foram organizadas e distribuídas em: (1) entidades da amostra; (2) ano do exercício; (3) resultado apurado no exercício; (4) palavras por relatório e (5) firma de auditoria.

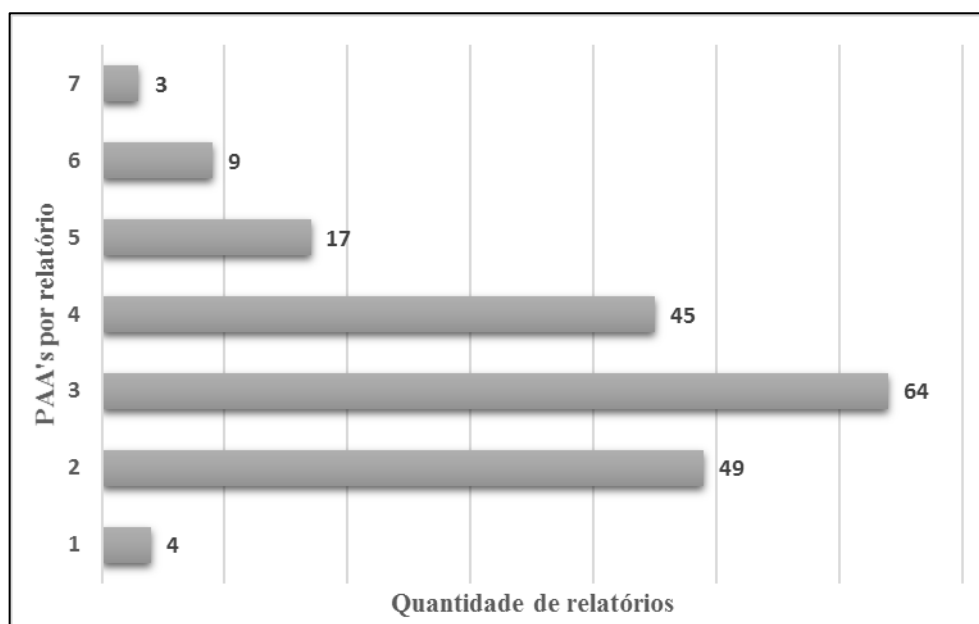
Após catalogados, confrontou-se ao resultado apurado do exercício: a quantidade de PAA por relatório, as categorias levantadas nestes PAA e a quantidade de palavras publicadas pelas firmas de auditoria, estas análises foram realizadas através de estatística descritiva. Para Anderson, Sweeney e Williams (2008) a estatística descritiva permite organizar e sintetizar um conjunto de dados através de métodos tabulares e gráficos que viabilizam meios para que a interpretação seja feita mais facilmente.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 Principais assuntos divulgados

Em termos gerais, considerando as empresas que obtiveram lucros ou prejuízo, verificou-se que os 191 relatórios das 96 entidades analisadas, totalizaram 634 PAA's. A média de PAA por relatório é de 3,32 com desvio-padrão de 1,23 e coeficiente de variação de 0,37. Todas as empresas apresentaram ao menos um PAA, com destaque de maior quantidade para o Itaú Unibanco (Setor Financeiro), JBS (Consumo Não-Cíclico) e Bradesco (Setor Financeiro) no exercício de 2016 com 7 em cada relatório. Já com menor quantidade foram identificadas Hering (Consumo Cíclico) e Wiz S.A. (Setor Financeiro) em 2017 e Taesa (Setor de Utilidade Pública) em 2016 e 2017 apresentando 1 assunto cada. A Figura 2 demonstra que a maioria das empresas apresentaram quantidade entre 2 e 4 PAA's.

Figura 2: Distribuição de frequência de PAA de todos os relatórios.



Fonte: Autoria Própria

Em relação a categorização dos PAA's, foram identificadas e separadas por tema a partir de análise e leitura dos relatórios, chegando a 26 categorias, organizadas de modo a facilitar a compreensão. Todas elas são exibidas na Tabela 1.

Tabela 1: Classificação por tipo de PAA em todos os exercícios.

Tema	Quantidade	%
Impairment de Ativos	120	18,93%
Passivos Contingentes	108	17,03%
Receita	93	14,67%
Tributos	60	9,46%
Itens mensurados Valor Justo	31	4,89%
Instrumentos Financeiros	21	3,31%
Intangível	20	3,15%
Tecnologia da Informação	19	3,00%
Ativo e Passivo Financeiro (Concessão)	19	3,00%
Benefícios a Empregados	18	2,84%
Riscos ligados a Fraudes/Processos	17	2,68%
PECLD	17	2,68%
Outros	17	2,68%
Aquisição de Empresas	13	2,05%
Participações Societárias	10	1,58%
Transações com partes relacionadas	9	1,42%
Provisões Técnicas	8	1,26%
Continuidade Operacional	6	0,95%
Reorganização Societária	6	0,95%
Endividamento (Covenants)	5	0,79%
Estoques	5	0,79%
Subvenção Governamental	4	0,63%
Estimativas Realização de Ativos	2	0,32%
Imobilizado	2	0,32%
Reapresentação	2	0,32%
Pagamento Baseado em Ações	2	0,32%
Total	634	100,00%

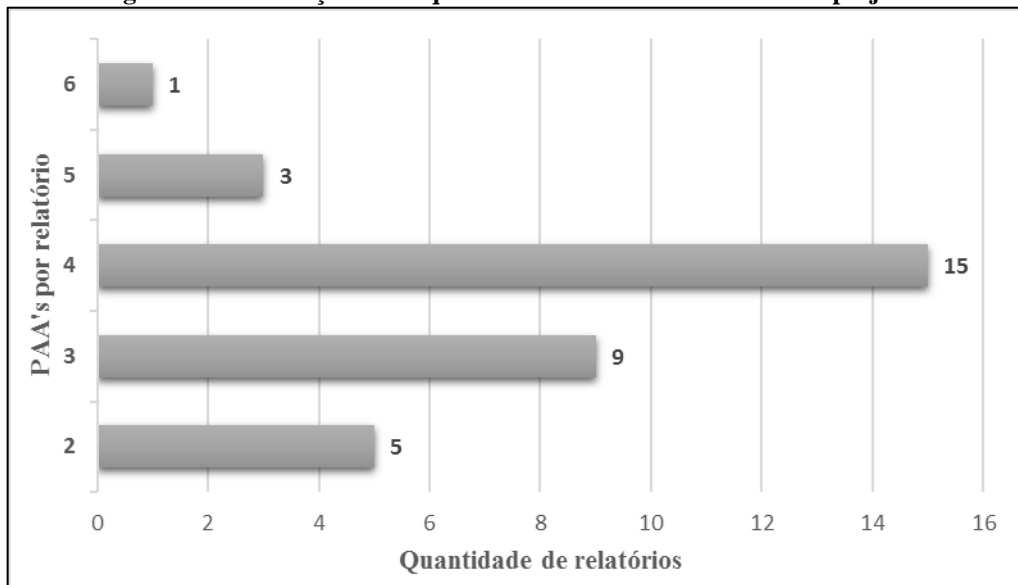
Fonte: Autoria Própria

4.2 PAA's nos exercícios com prejuízo

Foram segregadas as entidades que apresentaram prejuízo no exercício, portanto analisou-se 33 relatórios com 118 PAA's. A média de PAA neste caso é de 3,58 por relatório com desvio-padrão de 0,95 e coeficiente de variação de 0,27. Nesse contexto, destacamos a empresa Marfrig (Consumo Não-Cíclico) no exercício de 2016 com a maior quantidade de PAA's publicados, totalizando 6. Já com menor quantidade, em 2016, foram identificadas Aliansce (Setor Financeiro), Rumo S.A. (Bens Industriais) e Randon (Bens Industriais); no exercício de 2017 constatou-se Cyrela (Consumo Cíclico) e Itausa (Setor Financeiro) apresentando 2 assuntos cada. A Figura 3 demonstra que a maioria das empresas apresentaram quantidade entre 3 e 4

PAA's. A quantidade de assuntos levantados torna-se relevante pois, segundo Sirois, Bedard e Bera (2017) quando expostos a um relatório de auditor com vários PAA's, os usuários dedicam menos atenção às partes das demonstrações financeiras que não estejam citadas como principais assuntos.

Figura 3: Distribuição de frequência de PAA nos exercícios com prejuízo.



Fonte: Autoria Própria

Em relação aos tipos de PAA levantados, no contexto dos relatórios nos exercícios que apresentaram prejuízo, foram identificadas 18 categorias das 26 levantadas, conforme a Tabela 2.

Tabela 2: Classificação por tipo de PAA nos exercícios com prejuízo.

Tema	Quantidade	%
Tributos	23	19,49%
Impairment de Ativos	20	16,95%
Passivos Contingentes	20	16,95%
Receita	12	10,17%
Riscos ligados a Fraudes/Processos	10	8,47%
Itens mensurados Valor Justo	5	4,24%
Intangível	5	4,24%
Instrumentos Financeiros	4	3,39%
Reorganização Societária	4	3,39%
Outros	3	2,54%
Benefícios a Empregados	2	1,69%
Transações com partes relacionadas	2	1,69%
Ativo e Passivo Financeiro (Concessão)	2	1,69%
Estoques	2	1,69%

(Continuação)

Tema	Quantidade	%
PECLD	1	0,85%
Endividamento (Covenants)	1	0,85%
Continuidade Operacional	1	0,85%
Reapresentação	1	0,85%
Total	118	100,00%

Fonte: Autoria Própria

Das cinco primeiras categorias, que juntas correspondem a 72,03% do total de assuntos, a titulada “Riscos ligados a Fraudes/Processos” é a única que não participa das cinco primeiras categorias dos assuntos levantados nas empresas que obtiveram lucros. Dos 10 assuntos contidos nela 8 são relativos a processos judiciais e investigações de autoridades públicas a respeito de possíveis ilícitos relacionados a recursos públicos (Operação Lava Jato e Zelotes) os outros 2 são de processos administrativos sancionadores da CVM relativos a participação societária. Já 30% do total dessa categoria de assuntos, são de empresas onde o Estado tem o capital acionário majoritário (Sociedades de economia mista) os outros 70% pertencem a empresas privadas que mantinham relações com agentes ou erário público.

Quadro 2: Riscos ligados a fraudes/Processos nos exercícios com prejuízo

Entidade	Tipo de Capital	Exercício	Auditores	Processo Administrativo CVM	Investigação em operações
Eletrobras	Soc. Econ. Mista	2017	KPMG		1
Gerdau	Privado	2016	PWC	1	1
Gerdau	Privado	2017	KPMG		1
Metalúrgica Gerdau	Privado	2016	PWC	1	1
Metalúrgica Gerdau	Privado	2017	KPMG		1
Marfrig	Privado	2016	BDO		1
Petrobras	Soc. Econ. Mista	2016	PWC		1
Petrobras	Soc. Econ. Mista	2017	KPMG		1
Total				10	

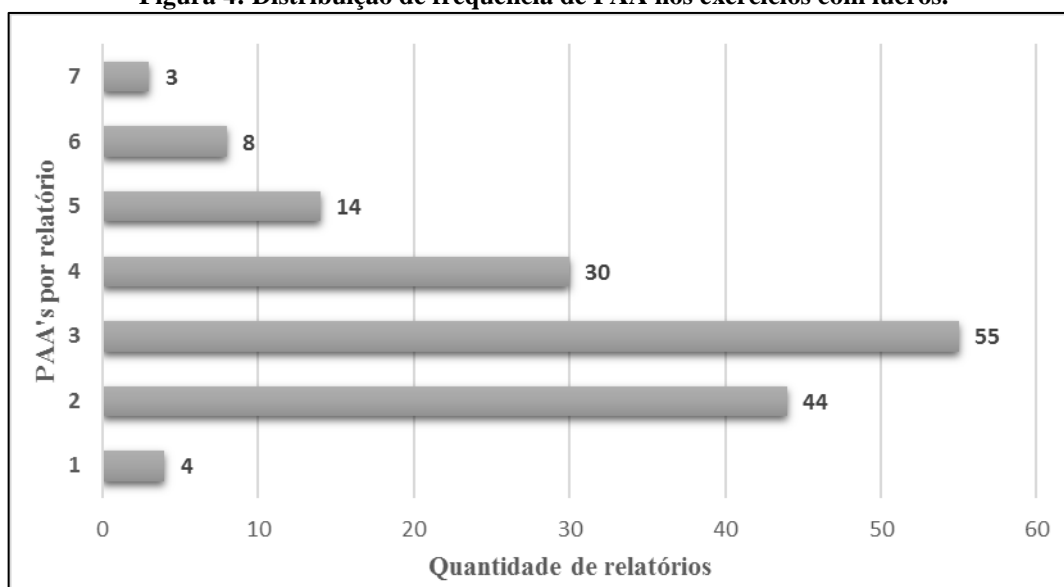
Fonte: Autoria Própria

4.3 PAA's nos exercícios com lucros

Nos relatórios com lucros foram verificados 158 relatórios com 516 PAA's. Em média são publicados 3,27 PAA's, com desvio-padrão de 1,27 e coeficiente de variação de 0,39.

Destaque para as entidades com maiores quantidades PAA's publicados: Bradesco (Setor Financeiro), ItaúUnibanco (Setor Financeiro) e JBS (Consumo Não-Cíclico), todas estas com 7 PAA's em 2017. Participam do grupo de menor quantidade as entidades: Hering (Consumo Cíclico) e Wiz S.A. (Setor Financeiro) no exercício de 2017 e Taesa (Setor de Utilidade Pública) em 2016 e 2017 apresentando 1 assunto cada. A maioria das empresas apresentaram quantidade entre 2 e 3 PAA's. As menores divulgações de assuntos ocorreram nas entidades obtentoras de lucros, cabe ressaltar que para Kachelmeier, Schmidt e Valentine (2017) mesmo que os auditores tomem medidas adicionais para chegarem a um padrão de segurança razoável, os usuários podem interpretar a divulgação como um aviso, diminuindo assim a confiança nas áreas relatadas.

Figura 4: Distribuição de frequência de PAA nos exercícios com lucros.



Fonte: Autoria Própria

Para os relatórios dos exercícios que obtiveram lucros, os PAA's publicados contemplaram todas as 26 categorias já citadas. Pode-se observar com maiores detalhes conforme a tabela abaixo.

Tabela 3: Classificação por tipo de PAA nos exercícios com lucros.

Tema	Quantidade	%
Impairment de Ativos	100	19,38%
Passivos Contingentes	89	17,25%
Receita	81	15,70%
Tributos	37	7,17%
Itens mensurados Valor Justo	26	5,04%
Tecnologia da Informação	19	3,68%

(Continuação)

Tema	Quantidade	%
Instrumentos Financeiros	17	3,29%
Ativo e Passivo Financeiro (Concessão)	17	3,29%
PECLD	16	3,10%
Benefícios a Empregados	16	3,10%
Intangível	15	2,91%
Outros	14	2,71%
Aquisição de Empresas	13	2,52%
Participações Societárias	10	1,94%
Provisões Técnicas	8	1,55%
Riscos ligados a Fraudes/Processos	6	1,16%
Transações com partes relacionadas	7	1,36%
Continuidade Operacional	5	0,97%
Endividamento (Covenants)	4	0,78%
Subvenção Governamental	4	0,78%
Estoques	3	0,58%
Reorganização Societária	2	0,39%
Estimativas Realização de Ativos	2	0,39%
Imobilizado	2	0,39%
Pagamento Baseado em Ações	2	0,39%
Reapresentação	1	0,19%
Total	516	100,00%

Fonte: Autoria Própria

Cabe ressaltar que 8 categorias somente ocorreram nos empreendimentos que alcançaram lucros líquidos, foram elas: Tecnologia da Informação (19); Aquisição de Empresas (13); Participações Societárias (10); Provisões Técnicas (8); Subvenção Governamental (4); Estimativas Realização de Ativos (2); Imobilizado (2); Pagamento Baseado em Ações (2).

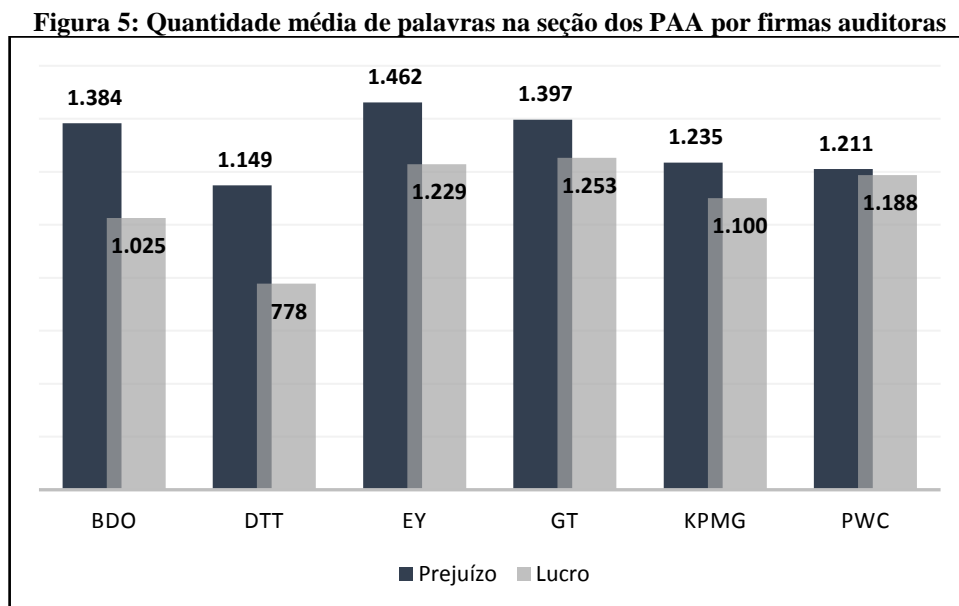
Das seis categorias que mais ocorrem nos relatórios relacionados à lucros, que juntas somam 68,22% do total dos 516 PAA's, somente a Tecnologia da Informação tem ocorrência nos relatórios relativos à lucros. Dos 19 assuntos contidos nessa categoria, 14 desses PAA's são sobre a confiabilidade das operações nos negócios do Setor Financeiro, 3 são sobre a complexidade no controle de distribuição e os outros 2 são sobre atualizações ou mudanças no sistema.

Já para as cinco categorias com menores incidências conforme a Tabela 3, quatro somente ocorrem nos relatórios relacionados aos lucros. Tal ocorrência é compreensível pois nas categorias de Reorganização Societária (2); Estimativas Realização de Ativos (2) e Imobilizado (2) os PAA relatados de algum são modo relacionadas a aquisições de empresas. A outra categoria também exclusiva deste tipo de resultado apurado trata-se de Pagamento Baseado em Ações (2), neste caso são estimativas de outorga de opções de compra de ações relacionadas ao bom desempenho da entidade.

4.4 Quantidade de palavras contidas na seção principais assuntos por relatório

Complementarmente verificou-se que a quantidade de palavras contidas na seção do relatório destinadas aos principais assuntos, foram em média, maiores nas entidades que apresentaram prejuízo em relação as que obtiveram lucros no exercício, com 1.262 e 1.105 palavras respectivamente. A quantidade de palavras trata-se de uma medida relevante, pois o aumento da comunicabilidade do relatório do auditor (OLIVEIRA, 2015), permite a ele maiores redações, que em parte podem usadas como explicação da resolução do assunto, nesse sentido de acordo com Cristensen, Glover e Wolf (2014) a explicação por parte do auditor de como resolveu o assunto, logo após informa-lo, reduz a probabilidade de reação do usuário.

Também foram averiguadas as médias de palavras por firmas de auditoria, apresentadas na figura 5. Tais médias são relativas aos 33 relatórios provenientes das empresas com prejuízo, destes: 3 foram auditados pela BDO; 5 pela Deloitte(DTT); 3 pela Ernst & Young (EY); 2 pela Grant Thornton (GT); 15 pela KPMG e 5 pela PricewaterhouseCoopers (PWC). E ainda das empresas com lucros: 8 auditados pela BDO; 22 pela Deloitte (DTT); 41 pela Ernst & Young (EY); 2 pela Grant Thornton (GT); 53 pela KPMG e 32 pela PricewaterhouseCoopers (PWC).



Fonte: Autoria Própria

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O poder de comunicação no relatório do auditor aumentou consideravelmente em comparativo ao modelo anteriormente usado no Brasil (OLIVEIRA, 2015), fruto de uma movimentação internacional para o aumento da confiança nas demonstrações contábeis (FRC,2016). Considerando que essas mudanças entraram em vigor no Brasil recentemente, este estudo buscou colaborar para a literatura através da avaliação dessa normatização através da comparação dos assuntos levantados entre os diferentes resultados apurados.

Como objetivo de pesquisa foram verificados os PAA's levantados pelas entidades que compuseram o índice IBRX 100 nos exercícios de 2016 e 2017 em comparativo aos resultados do exercício obtidos por estas empresas. Os dados foram analisados por meio de análise de conteúdo e estatística descritiva por meio de testes de diferenças entre as médias. Para isso, foram segregados os relatórios do auditor relativos aos exercícios onde ocorreram prejuízo dos que obtiveram lucros, 33 e 158 respectivamente. Como resultados constatou-se que de um total de 26 categorias de PAA, todas essas 26 categorias ocorreram nos relatórios relativos aos resultados com lucros, porém somente 18 tiveram incidência nos relatórios relacionados ao prejuízo. A média de PAA nos relatórios relacionados aos prejuízos foi de 3,58, com desvio padrão de 0,95 e coeficiente de variação de 0,27. Já nos relatórios relacionados aos lucros foi de 3,27 para a média, 1,27 de desvio-padrão e 0,39 de coeficiente de variação.

De maneira geral os tipos de resultado apurado não se relacionam especificamente a alguma categoria de PAA publicado, entretanto observa-se que a categoria "Riscos ligados a Fraudes/Processos" ocorreu em maior frequência proporcional nos relatórios das entidades com prejuízo no exercício. Também, constatou-se que em média os relatórios do auditor nos exercícios que apresentaram prejuízo são maiores em quantidade de assuntos divulgados e no quantitativo de palavras expostas neles, quando os comparamos aos relatórios dos exercícios que obtiveram lucros.

Como limitação deste estudo destaca-se, que a amostra contou com 158 relatórios associados à resultados com lucros e somente 33 relacionados à prejuízos. Além disso, a respeito deste estudo ser exploratório, é possível que a amostra venha a ser expandida no decorrer dos próximos exercícios. Para sugestões de pesquisas futuras, sugere-se aumentar a amostra; replicar o estudo sob outras técnicas estatísticas na análise dos dados; e comparar o espaço utilizado pelo auditor para a comunicação do assunto ao espaço dedicado ao tratamento que ele dá ao assunto.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, David R.; SWEENEY, Dennis J.; WILLIAMS, Thomas A.. **Estatística aplicada à Administração e Economia**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

ANDREZO, Andrea Fernandes. **Mercado financeiro: aspectos históricos e conceituais**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Thomson, 2002.

BM&FBOVESPA; (Brasil). **Índice Brasil 100 (IBrX 100)**. 2017. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-amplos/indice-brasil-100-ibrx-100.htm>. Acesso em: 22 nov. 2017.

BOYNTON, William C., JOHNSON, Raymond N. e KELL, Walter G. Tradução de Evaristo dos Santos. **Auditoria**. São Paulo, Editora Atlas S.A, 2002.

CHRISTENSEN, Brant E.; GLOVER, Steven M.; WOLFE, Christopher J.. **Do Critical Audit Matter Paragraphs in the Audit Report Change Nonprofessional Investors Decision to Invest?** Ssrn Electronic Journal, [s.l.], p.1-37, 2014. Elsevier BV.. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2318590>>. Acesso em: 9 set. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TA 701**, de 17 de junho de 2016. Comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA701.pdf>>. Acesso em: 13 de Setembro 2017.

_____. **Normas do Novo Relatório do Auditor Independente são publicadas pelo CFC**. 2016. Maristela Giroto. Disponível em: <<http://cfc.org.br/noticias/normas-do-novo-relatorio-do-auditor-independente-sao-publicadas-pelo-cfc/>>. Acesso em: 16 Agosto de 2017.

COSTA, F. O. C. et al. **Novo Relatório do Auditor Independente: conservadorismo ou singularidade?** In: CONGRESSO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 8., 2017, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: UFRJ, 2017. Disponível em: <<http://www.propesq.ufpe.br/anais/anais/educ/ce04.htm>>. Acesso em: 15 de Outubro de 2017.

DAMASCENA, Luzivalda Guedes. **Pareceres de auditoria: um estudo das ressalvas e parágrafos de ênfase constantes nas demonstrações contábeis das companhias abertas brasileiras**. 80 f. Dissertação (Mestrado). UNB/UFPB/UFRN. João Pessoa, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/9317>>. Acesso em 13 de Setembro de 2017.

DANTAS, José Alves; MEDEIROS, Otavio Ribeiro de. **Determinantes de Qualidade da Auditoria Independente em Bancos**. Revista Contabilidade e Finanças, São Paulo, v. 67, n. 26, p.1-14, 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/98097>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

DANTAS, J. A. et al. **Concentração de Auditoria no Mercado de Capitais Brasileiro: 2000 a 2009**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, 35, Rio de Janeiro, 2011. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2011. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/CON1368.pdf>>. Acesso em 11 de Setembro de 2017.

DECHOW, Patricia M.; GE, Weili; SCHRAND, Catherine M.. **Understanding Earnings Quality: A Review of the Proxies, Their Determinants and Their Consequences**. Ssrn Electronic Journal, [s.l.], p.1-164, 2010. Elsevier BV. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1485858>. Acesso em: 03 mar. 2018.

DUTRA, Marcelo H.; ALBERTON, Luiz; VAN BELLEN, Hans M. **A análise de conteúdo aplicada aos parágrafos de ênfase e de informação relevante dos pareceres da auditoria independente emitidos para as empresas do setor elétrico**. In. ENANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, ANPAD, 2007. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/CON-A1172.pdf>>. Acesso em 11 de Setembro de 2017.

FINANCIAL REPORTING COUNCIL (FRC). *Extended auditor's reports: A further review of experience*, janeiro de 2016. Disponível em: <<https://www.frc.org.uk/getattachment/76641d68-c739-45ac-a251-cabbfd2397e0/Report-on-the-Second-Year-Experience-of-Extended-Auditors-Reports-Jan-2016.pdf>>. Acesso em: 02 de Outubro 2017.

IBRACON (Brasil). **A experiência da aplicação do Novo Relatório do Auditor 1º ano: Principais Assuntos de Auditoria**. 2017. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detDocumento.php?cod=100>>. Acesso em: 12 set. 2017.

IFAC. IAASB. *More Informative Auditor's Reports: What Audit Committees and Finance executives Need To Know*. 2016. Disponível em: <https://www.ifac.org/system/files/publications/files/IAASB-KAM-Publication-for-Audit-Committees-and-Finance-Executives_0.pdf>. Acesso em: 02 out. 2017.

KACHELMEIER, Steven J.; SCHMIDT, Jaime J.; VALENTINE, Kristen. **The Disclaimer Effect of Disclosing Critical Audit Matters in the Auditors Report**. Ssrn Electronic Journal, [s.l.], p.1-37, 2017. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2481284>.

MARQUES, Vagner Antônio; SOUZA, Marcella Kattiany Pereira de. **Principais Assuntos de Auditoria e Opinião sobre o Risco de Descontinuidade: Uma análise das empresas do Ibovespa: Uma análise das empresas do IBOVESPA**. RIC: Revista da Informação Contábil, Recife, PE, v. 11, n. 4, p.1-22, 2017. Trimestral. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ri-contabeis/article/view/230107>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

IBRACON. **Novo relatório do auditor independente**. 2016. Disponível em: <http://www.codim.org.br/downloads/noticias/Apresentacao_Codim_novo_relatorio.pdf>. Acesso em: 02 out. 2017.

OLIVEIRA, Patricia Alves de. **A mudança no Relatório do Auditor Independente em Resposta as Expectativas de Mercado: Um auxílio na Delimitação de Sua Responsabilidade?**. 2015. 104 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis e Atuariais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/1618>>. Acesso em: 15 out. 2017.

RICARDINO, Á.; CARVALHO, L. N. **Breve retrospectiva do desenvolvimento das atividades de auditoria no Brasil**. Revista Contabilidade & Finanças – USP, São Paulo, n. 35, p. 22-34, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/mtwcpv>>. Acesso em 3 de Novembro de 2017.

ROCHA, André. **Ibovespa ou IBrX?**. 2011. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/valor-investe/o-estrategista/1019138/ibovespa-ou-ibrx>>. Acesso em: 09 out. 2017.

ROXO, G.; BONOTTO, M. S. **Análise das alterações nas normas de auditoria à luz do novo relatório de auditoria independente**. Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas. UFRGS, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/168713>>. Acesso em 10 de Outubro de 2017.

SANTANA, André Gobette et al. **Auditoria independente e a qualidade da informação na divulgação das demonstrações contábeis: Estudo comparativo entre empresas brasileiras auditadas pelas Big four e não Big Four**. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da Uerj, Rio de Janeiro, v. 3, n. 19, p.1-18, 2014. Quadrimestral. Disponível em: <<http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/UERJ/article/viewArticle/2838>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

SANTOS, A.; GRATERON, I. R. G. **Contabilidade criativa e responsabilidade dos auditores**. Revista Contabilidade & Finanças – USP, v. 14, n. 32, p. 7-22, 2003. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/6qkvyc>>. Acesso em 13 de Setembro de 2017.

SANTOS, Mateus Alexandre Costa dos. **O Efeito dos Componentes do Lucro Contábil no Preço das Ações**. In: ENANPAD, 32., 2008, Rio de Janeiro. Anais... . Rio de Janeiro: Anpad, 2008. p. 1 - 15. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/CON-A2895.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

SILVA FILHO, E. B. **Financiamento da Infraestrutura no Brasil: Limites dos Mecanismos Convencionais e Alternativas a partir do Investimento Estrangeiro e do Mercado de Capitais**. In: MONASTERIO, L. M.; NERI, M. C.; SOARES, S. S. D. Brasil em Desenvolvimento 2014: Estado, Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, v. 1, 2014. Cap. 8, p. 348. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3582>> Acesso em 4 de Novembro de 2017.

SIROIS, Louis-Philippe; BEDARD, Jean; BERA, Palash. **The Informational Value of Key Audit Matters in the Auditor's Report: Evidence from an Eye-Tracking Study**. SSRN Electronic Journal, [s.l.], p.1-49, 2017. Elsevier BV. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2469905>. Acesso em: 18 mar. 2018.

SOUZA, João Antônio Salvador de; ALBERTON, Luiz; BORBA, José Alonso. **Para Quem o Novo Relatório da Auditoria Independente é Compreensível?** In: CONGRESSO UNB DE CONTABILIDADE E GOVERNANÇA, 3., 2017, Brasília. Anais... . Brasília: Unb, 2017. p. 1 - 20. Disponível em: <<http://soac.unb.br/index.php/ccgunb/ccgunb3/paper/view/6035>>. Acesso em: 10 fev. 2018.